

INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres (VCM) é um fenômeno complexo e alarmante que transcende fronteiras geográficas, culturais e socioeconômicas. Afetando perfis distintos de classe social, idade, nível de escolaridade, raça e orientação sexual, perante diferentes naturezas, como: física, moral, sexual, patrimonial, doméstica, psicológica (Brasil, 2012).

No contexto brasileiro, dados do Boletim *Elas Vivem de Ramos et al.*, do ano de 2022, revelam que a cada cinco horas, uma mulher é agredida e gradualmente essa realidade passa a configurar-se como um dos novos perfis epidemiológicos do país.

Os impactos na saúde das mulheres abrangem gestações indesejadas, abortos induzidos, Infecções Sexualmente Transmissíveis e problemas ginecológicos, além de dores de cabeça, costas, abdominais, fibromialgia, distúrbios gastrointestinais e de mobilidade, segundo informações da *Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)* em 2021.

Destaca-se assim, a importância dos profissionais de Enfermagem na identificação, acolhimento, intervenção e acompanhamento das vítimas, para reduzir o ciclo da violência, favorecendo o manejo e acompanhamento, visando à redução da camuflagem que recobre essas graves situações (Netto et al., 2018; Souza; Rezende, 2018).

Dessarte, este trabalho teve como objetivo analisar a maneira com que os profissionais enfermeiros que atuam na Atenção Primária à Saúde (APS), oferecem assistência às mulheres vítimas de violência, englobando o cenário do primeiro contato e do acompanhamento das usuárias. Bem como, identificar suas possíveis fragilidades e potencialidades frente a essas situações.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo original com dados primários, descritivo e qualitativo realizado nas Estratégias de Saúde da Família (ESFs) do município de Ubá, Minas Gerais, contou com a participação de 19 enfermeiros. O roteiro metodológico e da entrevista seguiram referência à metodologia utilizada por Mota e Aguiar (2020). As entrevistas foram gravadas, seguindo as diretrizes éticas e tiveram duração média de 15 minutos.

Os depoimentos foram transcritos e analisados para identificar categorias temáticas sobre os dados gerais e as perguntas norteadoras acerca da atuação dos profissionais frente à VCM. O acesso aos participantes foi realizado após a aprovação do estudo no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro Universitário Governador Ozanam Coelho, sob o Parecer nº 6.993.675, em 08/08/2024.

RESULTADOS

O grupo caracterizou-se por 89,47% enfermeiras do sexo feminino, com média de idade de 42 anos e 17,65 anos de formação. Identificou-se que a maior parte delas possui especialização na área de Saúde da Família, seguida da área de Urgência e Emergência.

Observou-se que 78,95% dos entrevistados vivenciaram alguma situação de oferta de assistência de enfermagem a mulheres vítimas de violência, sendo em média 2,86 episódios durante suas vivências profissionais na APS. Constatou-se em sua maioria mulheres que foram vítimas submetidas a casos de violência física.

As experiências relatadas pelos enfermeiros sobre a identificação da vítima determina que em seu cotidiano, perceberam algum sinal sugestivo, como no atendimento de triagem, realização do exame citopatológico, idas frequentes a unidade de saúde, percepção do estado emocional abalado da mulher, entre outros.

Os enfermeiros relataram que o manejo varia de acordo com a gravidade do caso, envolvendo a notificação do caso e o acolhimento dos próprios profissionais e de sua equipe, até a necessidade de solicitar apoios, como o do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e da Polícia Militar.

RESULTADOS

Apontaram que frente ao apoio da Rede de Assistência à Saúde para com a Atenção Primária à Saúde, enfrentaram fragilidades para condução dos casos, principalmente ao acesso a um fluxo padronizado e na disponibilidade de um profissional psicólogo a todo tempo nas unidades de saúde.

Os profissionais também relataram que as experiências lhe geraram sentimentos negativos de impotência e frustração, englobando gatilhos emocionais, além do medo pela vulnerabilidade que estão inseridos ao realizarem atendimentos nesse contexto, que impactam em suas rotinas de trabalho.

DISCUSSÃO

Ao analisar os achados de Santos et al. (2018), destaca-se que 100% das participantes estudadas eram mulheres, com faixa etária acima de 35 anos, atuando como enfermeiras há menos de seis meses e que estão formadas há menos de seis anos, com especialização em Obstetrícia e Saúde Pública.

Geralmente os enfermeiros são os primeiros profissionais com quem as mulheres entram em contato. Além dos cuidados biomédicos, esses profissionais desempenham um papel fundamental na escuta qualificada e no acolhimento emocional das vítimas, fatores que são determinantes para a recuperação dessas mulheres (Leite; Fontanella, 2019; Silva et al., 2017).

O discurso de Mota et al. (2020), aponta a importância do trabalho em equipe multiprofissional, incluindo o papel fundamental dos psicólogos no manejo e acompanhamento dos casos. A ausência de psicólogos, revela ainda, uma falha estrutural na rede de saúde, também reforçado por Gomes et al. (2012).

Outrossim, o problema de falta de fluxos padronizados está em concordância com os depoimentos do trabalho de Silva et al. (2019), que referem que o despreparo dos profissionais, inicia-se ainda no contexto acadêmico, com a ausência de vivência prática. Isso sugere uma formação que possui lacunas dos enfermeiros em relação à violência, refletindo a necessidade de capacitação adequada, como é proposto por Gomes et al. (2012).

Os depoimentos do desenvolvimento de gatilhos e das emoções, é um reflexo da vulnerabilidade emocional e capacidade de empatia dos profissionais ao lidar com esses casos, uma percepção também apontada por Silva et al. (2022), onde os profissionais revelaram sentir solidariedade, revolta e impotência ao testemunharem agressões físicas contra as mulheres.

É válido ressaltar que uma limitação importante do trabalho se encontra na dificuldade dos próprios profissionais enfermeiros em reconhecerem as potencialidades no atendimento prestado às mulheres vítimas de violência. Assim, essa lacuna pode ser atribuída a insuficiência de investimentos e treinamento contínuo, à ausência de um fluxo pré-estabelecido ou à falta de estratégias que potencializem o papel desses enfermeiros, o que evidencia a necessidade de apoio institucional e profissional.

REFERÊNCIAS

- LEITE, A. de C.; FONTANELLA, B. J. B. Violência doméstica contra a mulher e os profissionais da APS: Predisposição para abordagem e dificuldades com a notificação. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 14, n. 41, p. 2059, 2019.
- GOMES, N. et al. Preparo de enfermeiros e médicos para o cuidado à mulher em situação de violência conjugal. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 26, n. 3, p. 593-603, 2012.
- MOTA, J. A.; AGUIAR, R. S. Percepções de enfermeiros da atenção primária no atendimento às mulheres vítimas de violência sexual. **Nursing**, São Paulo, v. 23, n. 262, p. 3648-3651, 2020.